

**XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1ª FASE - 1997**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR

1ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

RUFINO contraiu casamento com FRANCISCA em Ipueiras, Município do interior do Ceará no ano de 1985 quando tinham ambos 18 anos de idade. O casal separou-se de fato logo a seguir quando o varão decidiu tentar a sorte no Rio de Janeiro. Na nova cidade RUFINO conheceu ANA, de 20 anos, a quem confessou seu estado civil de casado e sua decisão de alegar falsamente a condição de solteiro perante o cartório do Registro Civil no Rio de Janeiro de modo a que pudessem contrair núpcias, o que efetivamente ocorreu em janeiro de 1987. FRANCISCA somente voltou a ter contato com RUFINO em janeiro de 1996 quando empreendeu viagem ao Rio de Janeiro e tomou conhecimento do novo casamento, fato que noticiou à autoridade policial. Há conduta penalmente relevante a ser imputada a RUFINO e/ou Ana? Há prescrição a ser considerada na hipótese?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

2ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

Qual a natureza jurídica da exculpante do estrito cumprimento do dever legal?
Como se diferencia da obediência hierárquica? Formule exemplo de uma e outra situação.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

3ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

JOSÉ recebe em sua conta corrente, por evidente equívoco do depositante, a quantia de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) que se destinava a um homônimo. Mesmo depois de ter sido alertado pelo Banco do depósito indevido e ciente de que o dinheiro não lhe pertencia, saca e utiliza R\$30.000,00 (trinta mil reais). Chamado a repor o dinheiro nega-se a atender ao apelo da instituição bancária e, só após a instauração de inquérito policial e sua remessa ao Ministério Público, três meses após o fato, é que efetivamente providencia a devolução do numerário. Há conduta penalmente relevante a ser examinada? Em caso afirmativo examine o tipo penal adequado a tal conduta. A devolução do dinheiro que só ocorre à vista da iminente denúncia produz algum efeito?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

4ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

Há conduta penalmente relevante do dono de estabelecimento comercial que serve bebida alcoólica a menor de 18 anos? Qual a norma aplicável?

RESPOSTAS OBJETIVAMENTE JUSTIFICADAS.

5ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 5 pontos

O diploma processual penal pátrio adota, sem exceções, o princípio do livre convencimento ou da persuasão racional?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

6ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 5 pontos

SIGMUNDO, apenado - com cinco anos de reclusão - pelo cometimento da infração penal cunhada no artigo 157 do Código Penal, resta inconformado, vindo, em sede recursal, sob o argumento de ser o juiz prolator absolutamente incompetente, a pleitear a "anulação" do processo desde o seu nascedouro. Provido o recurso, idêntica proposta acusatória é levada a efeito, vindo o magistrado, então, a acatá-la, editando-se novo decreto condenatório pela prática do roubo. Pergunta-se: Nesta nova decisão, estará o julgador vinculado ao máximo da pena imposta na primeira sentença?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

7ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 5 pontos

A transação penal implica em mitigação do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

8ª questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

PEDRO, com 18 anos de idade, celebrou um contrato de locação de imóvel de sua propriedade, sem a assistência de seus pais, mas com o conhecimento do locatário sobre sua idade. Assim que souberam de tal negócio jurídico, os pais de PEDRO ingressaram em juízo com pedido de anulação do mesmo. Advindo, antes do julgamento do processo, lei nova fixando a maioridade em 18 anos, pergunta-se: A) o contrato poderá ser validamente ratificado por PEDRO? B) considerada inválida a ratificação, ou não vindo PEDRO a ratificar o contrato, o pedido de anulação merecerá procedência na vigência da lei nova?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

9ª questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

JOÃO, que era solteiro, casou-se com MARIA em janeiro de 1993, pelo regime da comunhão parcial de bens. Encontrando-se o casal em processo de separação judicial, instalou-se controvérsia a respeito de um imóvel rural de 50 (cinquenta) hectares do qual JOÃO era possuidor desde 1980, tendo obtido, por sentença transitada em julgado na constância do casamento, a procedência de pedido de usucapião formulado em janeiro de 1994. MARIA postula a meação deste imóvel, enquanto JOÃO afirma que o mesmo integra seu patrimônio particular. Pergunta-se: Qual das partes tem razão?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

10ª questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

CAIO, faleceu no estado civil de divorciado, sem descendentes e ascendentes, com dois irmãos maiores. Deixou testamento público, sem vícios formais, pelo qual atribuiu o apartamento em que residia nesta cidade à sobrinha ROSA, o imóvel situado em Petrópolis ao sobrinho TICIO e o automóvel à afilhada CLÁUDIA, nada mais dispondo a respeito de seu patrimônio. No curso do inventário de seus bens, TICIO, que tem um filho menor, renunciou ao imóvel de Petrópolis, através de termo nos autos. Tanto os dois irmãos do de cujus quanto o filho de TICIO e ainda ROSA e CLÁUDIA alegam ter direito ao imóvel atribuído a TICIO. Pergunta-se: Quem deverá recolher o aludido bem?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

11ª questão: Direito Processual Civil: Valor - 5 pontos

Conceitue questões preliminares e questões prejudiciais, confrontando-as e fornecendo exemplos das duas figuras processuais.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

12ª questão: Direito Processual Civil: Valor - 5 pontos

Em um processo de execução, a executada, devidamente intimada pelo Diário Oficial, impetrou mandado de segurança contra o ato do juiz que determinou o oferecimento de bens à penhora, em 24 horas. Foi esta a medida adequada?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

13ª questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

A sociedade anônima X contratou com uma outra pessoa jurídica, Y, a compra de uma máquina fabricada por esta e destinada a instalação em seu parque fabril. O contrato estipulou que o pagamento seria feito em 06 parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo-se cada uma no primeiro dia dos 6 meses subsequentes à venda efetuada e que a falta de pagamento de 2 prestações consecutivas acarretaria a resolução, de pleno direito, do contrato, independente de notificação ou interpelação judicial ou extra-judicial. Vencidas e não pagas a 3ª e a 4ª prestações, no dia imediato ao vencimento desta a fabricante, Y,

ajuizou uma ação ordinária de resolução de contrato, postulando sua reintegração na posse da máquina. Responda se procede o pedido de Y.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

14ª questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

A vendeu vários bens móveis a B, com a garantia de alienação fiduciária e, concomitantemente, emitiu uma nota promissória em favor de B, devidamente avalizada por C, no valor integral da operação, devendo o preço ser pago numa só parcela. Vencida esta e não paga, A intentou a ação apropriada, obtendo a apreensão de parte dos bens alienados fiduciariamente e ajuizou ação de depósito em relação aos restantes, parte dos quais não foi encontrada, o que motivou a prisão de B. Em seguida, A propôs ação contra o avalista, C, postulando a cobrança do saldo devedor apurado. Responda, se C é responsável pelo saldo devedor, abstraindo-se de qualquer consideração sobre a existência ou o quantum do saldo devedor, tomando como pressuposto que ambos são indiscutíveis.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

15ª questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

Em face do sistema constitucional brasileiro, a Lei nº. 8.625/93 é uma lei nacional ou federal?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

16ª questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

Admite-se a arguição, sob o aspecto formal, de inconstitucionalidade de espécie normativa editada por processo diverso do determinado por norma constitucional superveniente?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

17ª questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

O binômio motivo do ato administrativo/ato administrativo se insere na teoria do fato jurídico?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

18ª questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

O ato administrativo de polícia restritivo pode ser validamente editado com fundamento exclusivamente em disposição regulamentar?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

19ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

O Promotor de Justiça designado para integrar a Equipe de Proteção ao Meio-Ambiente e ao Patrimônio Cultural ajuizou, perante o Juízo da Primeira Vara da Comarca de Valença, Ação Civil Pública a fim de cessar atividade garimpeira que poluía o Rio Preto, localizado naquela cidade. O Juiz, entendendo que houve violação ao princípio do Promotor Natural, indeferiu a petição inicial, já que a ação não foi proposta pelo órgão de execução com atribuição cível naquela Comarca. Pergunta-se: Há de ser mantida a decisão do Juízo monocrático na hipótese de eventual recurso da Equipe acima referida?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

20ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

Pode um Promotor de Justiça ser nomeado para compor uma Junta Eleitoral?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2ª FASE - 1997**

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL

(Direito Penal e Direito Processual Penal)

1ª questão: Direito Penal: Valor - 25 pontos

1.1 - Discorra sobre os efeitos penais e extrapenais da condenação;

1.2 - A perda do pátrio poder de quem tenha praticado crime de estupro e atentado violento ao pudor contra filha estende-se aos demais filhos ou filhas que não tenham sido vítimas da prática criminosa?

1.3 - A reabilitação restaura o pátrio poder em relação aos demais filhos? E em relação à vítima?
RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

2ª questão: Direito Penal: Valor - 25 pontos

Álvaro, Luis e Carlos, previamente concertados, convidam Ana, jovem bem desenvolvida fisicamente, de intensa vida sexual e de excelente situação econômica, a com eles fazer um programa. Todos seguem para o apartamento de Álvaro e ali, Carlos mantém com a jovem conjunção carnal, com seu consentimento, e sob as vistas dos demais, retirando-se em seguida. Como Ana tenha se recusado a repetir o ato com os outros dois, Álvaro utiliza-se de um revólver que tem em sua residência, para forçar a jovem. Esta, gravemente ameaçada, é compelida a manter relações sexuais com Luis. Finalmente quando Álvaro se preparava para também manter conjunção carnal com a vítima, foi demovido ante suas súplicas e a informação, comprovada, de ter ela apenas 13 anos de idade. Indique, se for o caso e justificadamente, a capitulação adequada às condutas de Álvaro, Luis e Carlos. Qual a natureza jurídica da ação penal aplicável à espécie?

(Não é necessário redigir a peça).

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

3ª questão: Direito Penal: Valor - 25 pontos

O art. 1º, II, da Lei 9.455/97 derogou dispositivo da Lei 4.898/65? Policial que submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a constrangimento que lhe cause lesão corporal de natureza leve, deverá responder por que Lei?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

4ª questão: Direito Penal: Valor - 25 pontos

Discorra sobre a aplicabilidade dos artigos 288 do Código Penal e 14 da Lei 6.368/76, em face da redação do artigo 8º da Lei 8.072/90.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

5ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 50 pontos

Instaurado determinado inquérito policial, vem a ser prematuramente arquivado, muito embora já contasse com mais do que razoável quadro para imediata propositura da ação penal. Inconformado, MÉVIO, delegado que fora encarregado das investigações, decide dar início a novo inquérito policial, ainda que com idêntico objetivo, é dizer, investigar os mesmos fatos que originaram a deflagração daquele primeiro feito. Ocorre que o indiciado contesta a atitude de MÉVIO, alegando inclusive que toda e qualquer iniciativa deveria partir da autoridade judiciária que decidira pelo arquivamento. Pergunta-se:

a) Está correta a providência adotada pela autoridade policial?

b) Qual a natureza jurídica da decisão de arquivamento?

c) A quem se confere legitimidade para desarquivar autos de inquérito policial?

d) Em sendo efetivamente desarquivado o referido inquérito policial, poderia ser deflagrada, de imediato, ação penal?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

6ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 50 pontos

Processado pela prática de determinada infração penal, surge, no decorrer do processo, Lei Processual nova a implicar em prejuízo para o réu. Pergunta-se:

a) Poderia o acusado alegar irretroatividade da Lei Processual Penal?

b) Existe hipótese de ultratividade da Lei Processual Penal?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CIVIL

(Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial)

1ª questão: Direito Civil: Valor - 50 pontos

Em seu testamento CAIO deixou uma propriedade rural para seu tio TICIO, gravando o bem com cláusula de inalienabilidade, fazendo constar que a restrição atingia também os frutos do bem. Aberta a sucessão e ultimado o inventário, TICIO entrou na posse do imóvel, mas passou a ter grandes dificuldades em mantê-lo produtivo, não só porque estava velho e doente mas também porque não tinha capital para investir. Um ano depois, TICIO requereu a alienação do imóvel, com sub-rogação do gravame no preço, a ser depositado em caderneta de poupança. Postulou, ainda, que lhe fosse concedido o levantamento dos juros e da correção monetária de tal importância.

Opine sobre todos os pedidos formulados por TICIO.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

2ª questão: Direito Civil: Valor - 50 pontos

CARLA submeteu-se a inseminação artificial, na qual foi empregado sêmen de doador desconhecido, prática que obteve expressa autorização, por instrumento particular, de seu marido, PEDRO, e da qual resultou o nascimento de MARCOS, em março de 1996. Um ano depois do nascimento da criança, o casamento de CARLA e PEDRO entrou em crise, levando o casal à separação judicial. Nessa oportunidade, PEDRO ingressou em juízo com ação contestatória de paternidade de MARCOS, argumentando que o atual sistema brasileiro acolhe o princípio da paternidade real, em nome do qual seu pedido merecia procedência. Na defesa, MARCOS, representado pela mãe, impugnou o pedido, considerando-o infundado e atingido pelo prazo extintivo do art. 178, § 3º, do Código civil. Opine sobre o pedido formulado por PEDRO.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

3ª questão: Direito Processual Civil: Valor - 50 pontos

Disserte sobre o Ministério Público como fiscal da lei no processo civil, destacando particularmente a natureza da posição que ocupa no processo, os pressupostos de intervenção e o modo de atuação, inclusive a existência ou não de vinculação da atividade do Parquet à satisfação do interesse de uma das partes.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

4ª questão: Direito Processual Civil: Valor - 50 pontos

CAIO propôs em face de TÍCIO ação na qual pediu fosse o réu condenado a pagar-lhe R\$ 200.000,00. TÍCIO, em defesa, alegou que já pagara a dívida por inteiro e que, além disso, estava consumada a prescrição. O juiz proferiu sentença acolhendo o pedido no tocante a R\$ 80.000,00, sob o fundamento de que, em relação à outra parcela, se verificara pagamento. Pergunta-se: a) se somente CAIO apelar, poderá o tribunal, entendendo, pelas provas constantes dos autos, demonstrado o pagamento integral do débito, reformar a sentença para julgar o pedido totalmente improcedente? b) ainda na hipótese de apenas o autor interpor apelação, poderá o tribunal, se reputar, ao contrário, ausente qualquer prova do pagamento, negar provimento ao recurso com fundamento na prescrição?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

5ª questão: Direito Comercial: Valor - 50 pontos

Comerciante em nome individual teve sua falência declarada por sentença transitada em julgado. Sendo ele proprietário de imóveis que lhe foram legados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, opôs-se à atitude do síndico, que arrecadou os imóveis para submetê-los aos efeitos da falência. Opine sobre o tema, especialmente a respeito da oponibilidade das cláusulas mencionadas em relação aos efeitos da sentença declaratória da falência, tendo em vista o princípio da submissão de todos os bens do falido aos aludidos efeitos.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

6ª questão: Direito Comercial: Valor - 50 pontos

Em Assembléia Geral realizada em 31.12.84, JOÃO foi eleito para exercer o cargo de Diretor Financeiro da Companhia Azul no período de 01.01.85 a 31.12.87, não tendo sido reeleito na Assembléia seguinte, passando ele a exercer outra atividade em companhia diversa. No período em que JOÃO exerceu o cargo de Diretor Financeiro a Companhia Azul deixou de recolher contribuições devidas ao INSS e também de pagar a alguns fornecedores, tendo ela paralisado as suas atividades em 01.10.88, sem que tivesse sido levada à Assembléia Geral de acionistas uma proposta de dissolução da sociedade, assim não tendo ocorrido, como é óbvio, a sua liquidação regular. Sob o fundamento de que os débitos foram constituídos quando JOÃO exerceu o cargo de Diretor Financeiro, o INSS e alguns fornecedores ajuizaram ações distintas visando à condenação de JOÃO ao pagamento dos créditos de que os autores eram titulares, acrescentado que a sua responsabilização também se fundava na circunstância de ter havido dissolução irregular da sociedade. Abstraida a razão da intervenção do Ministério Público, opine sobre a responsabilidade de JOÃO nas hipóteses formuladas.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

1ª questão: Direito Constitucional: Valor - 60 pontos

Sentença proferida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca da Capital julgou procedente pedido formulado em ação de procedimento ordinário fundamentado em norma de lei federal extravagante.

A parte ré, vencida, apelou arguindo incidentalmente a inconstitucionalidade da referida norma.

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça deste Estado, por unanimidade de votos e lastreando-se no parecer do Procurador de Justiça que oficiou nos autos, acolheu a prejudicial sob o fundamento de que o Excelso Supremo Tribunal Federal, por decisão de seu plenário, já declarara incidentalmente a inconstitucionalidade da norma citada.

Do v. acórdão e ainda lastreado no parecer ministerial constou o fundamento de que a decisão do Pretório Excelso elide a presunção de constitucionalidade da norma em questão, podendo os órgãos parciais de outros Tribunais acolhê-la para fundar a decisão de casos concretos ulteriores, prescindindo de submeter a questão de constitucionalidade ao seu próprio plenário.

A seu ver, foi correto o posicionamento ministerial?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

2ª questão: Direito Constitucional: Valor - 40 pontos

Norma infraconstitucional federal pode autorizar a qualquer dos Poderes Constituídos a delegação de uma de suas competências ao Ministério Público?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

3ª questão: Direito Administrativo: Valor - 50 pontos

Estabeleça, descrevendo cada um deles e observando as diversas angulações pertinentes, os pontos comuns e as diferenças existentes entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

4ª questão: Direito Administrativo: Valor - 50 pontos

É válido ato administrativo editado por agente da Administração acometido de loucura? Responda a questão fundamentadamente, formulando, a título introdutório, considerações sobre o papel da vontade no ato administrativo.

5ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 50 pontos

Juiz de Direito, titular de comarca de juízo único, tendo em vista a inexistência de Membro do Ministério Público lotado no órgão de execução daquela localidade, bem como a ausência constante do substituto legal, apesar de notificado este, envia ofício ao Procurador-Geral de Justiça, no qual: a) requer a solução imediata do problema, uma vez que tal fato vem inviabilizando o exercício da jurisdição; b) comunica que, enquanto não for atendida a solicitação, irá nomear, nos casos mais urgentes, como nos de ações de destituição do pátrio poder propostas pelo Parquet, em que há a necessidade, no seu entender, de intervenção de dois representantes do Ministério Público, profissionais em Direito como Promotores de Justiça ad hoc. Sustentando a constitucionalidade de tais nomeações, e invocando a lição de doutrina nacional e estrangeira, afirma que feita a ponderação entre os valores consagrados em nossa Carta Magna Federal, deve prevalecer aquele referente à realização da Justiça, não podendo jamais o mister do magistrado ficar a mercê de obstáculos desta ordem. Assevera ainda o ilustre Juiz de Direito que não é aplicável, ao caso, o princípio do "Promotor natural", que não diz respeito ao agente e sim à competência do órgão.

Diante deste expediente, o Procurador-Geral de Justiça solicita a assessor seu que se manifeste sobre a questão, enfrentando obrigatoriamente dois pontos: 1º) se a nomeação de Promotor ad hoc seria legítima, considerando não só a argumentação utilizada pelo requerente quanto ao princípio do "Promotor natural", como também os outros princípios que conduzam à solução do problema; 2º) se, em casos como os mencionados, em que o Parquet é parte, seria necessária a atuação, no feito, de dois Membros do Ministério Público.

Prolate o parecer, dispensando o relatório, na qualidade de assessor do Procurador-Geral de Justiça. (não assinar)

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

6ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 50 pontos

O Promotor de Justiça da Comarca de Itaperuna instaurou, em seu gabinete, procedimento investigatório com o objetivo de apurar crime de corrupção envolvendo policiais civis lotados na delegacia local. Concluído o procedimento e oferecida a denúncia, esta deixa de ser recebida. A autoridade judiciária fundamenta sua decisão com o argumento de que a atividade investigatória é exclusiva da polícia judiciária, não tendo o Ministério Público atribuição para presidir inquérito policial. Havendo impugnação da decisão de primeiro grau, merece lograr êxito o recurso?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.